

ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS E POLÍTICAS DE ESPORTE: DESVENDANDO AS RELAÇÕES DE UMA MODALIDADE NÃO TRADICIONAL

Maria Vitoria Suzuki (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Jéssica Emiri Noda (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Fernando Augusto Starepravo (Orientador), João Paulo Melleiro Malagutti (Co-Orientador), e-mail: ra107265@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências da Saúde/Maringá, PR.

Área e sub-área do conhecimento conforme tabela do [CNPq/CAPES](#): Ciências da Saúde / Educação Física.

Palavras-chave: políticas públicas, associações esportivas, softbol.

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar como se dá o desenvolvimento de uma modalidade esportiva não-tradicional, o softbol, por meio de uma associação esportiva em colaboração com o poder público municipal na cidade de Maringá - PR. O estudo trata-se de uma pesquisa descritiva direta, foi realizada uma revisão sistemática nas bases de dados Web Of Science TM (Thomson Reuters), Scopus (Elsevier), SPORTDiscus (EBSCOhost) e Scielo, além de análise documental de leis e atos do Poder Executivo municipal referente à Associação Maringaense de Softbol e entrevistas semiestruturadas com representante da Secretaria Municipal de Maringá (SESP) e da Associação Maringaense de Softbol (AMS). Os trabalhos analisados por meio da revisão nos mostram que o terceiro setor é muito pouco abordado cientificamente como ator relevante no desenvolvimento de políticas esportivas no Brasil, destacando ainda mais a lacuna existente sobre o conhecimento no assunto. Ao analisar o caso de Maringá, fica evidente que a relação de interdependência da AMS e da SESP assegura o desenvolvimento do esporte por meio de repasse de recursos financeiros e serviços que são necessários para a continuidade da modalidade em Maringá. Além de recursos federal, estadual e municipal, por meio de bolsa atleta, bolsa técnico, sendo que o município acaba sendo o parceiro mais importante para a modalidade.

Introdução

A partir da década de 1990 iniciou-se no Brasil a implantação de um amplo programa de descentralização de políticas. A agenda de reformas buscava descentralizar a destinação dos recursos federais e inserir princípios de mercado no fornecimento de serviços, concedendo espaço para que o setor privado participasse desse processo (ARRETCHE, 2002).

Quando nos referimos a políticas de esporte, compreendemos não apenas as ações realizadas diretamente pelo aparato estatal, mas também as ações realizadas por instituições privadas ou público-privadas em parceria com o Estado. As

associações esportivas, por exemplo, são associações privadas, mas recebem verba pública para fomentarem a modalidade a qual dirigem.

A atenção historicamente empreendida pelo Estado ao esporte no Brasil sempre privilegiou um número reduzido de modalidades esportivas, com grande ênfase ao futebol (MALAGUTTI; STAREPRAVO, 2016).

O softbol, esporte considerado como não-tradicional no Brasil, é um esporte que tem regras semelhantes às do beisebol, praticado por homens e mulheres, principalmente por mulheres, mas jogado em um campo menor, com uma bola maior e mais macia e com o movimento de arremesso diferente. Não faz parte das modalidades mais praticadas e apoiadas pelo Estado brasileiro.

A modalidade estudada é considerada não-tradicional no nosso país, pouco incluída nos espaços no contexto esportivo, escolar, em clubes, ginásios, isso devido a características regionais e culturais do Brasil, além do esporte exigir espaços e materiais de difícil acesso.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi analisar como se dá o desenvolvimento de uma modalidade esportiva não-tradicional, o softbol, por meio de uma associação esportiva em colaboração com o poder público municipal em Maringá. Já os objetivos específicos foram: revisar a literatura acerca da política de esporte, o envolvimento do terceiro setor e a modalidade de softbol; identificar os repasses financeiros e demais apoio ao poder público municipal à modalidade; identificar as principais dificuldades para o desenvolvimento de uma modalidade não-tradicional; acompanhar as ações de desenvolvimento do softbol no município de Maringá, com especial atenção ao apoio dado pelo poder público municipal.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa descritiva direta. O primeiro objetivo específico, no que diz respeito a política de esporte e terceiro setor foi realizada por meio de revisão sistemática com os descritores “esporte”, “política”, “terceiro setor” nas seguintes bases de dados: Web Of Science TM (Thomson Reuters); Scopus (Elsevier); SPORTDiscus (EBSCOhost) e Scielo. Foram utilizados para busca dos artigos os seguintes descritores na língua portuguesa: “esporte”, “política”, “terceiro setor”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratassem a temática referente e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos. Os critérios de exclusão foram: artigos que não têm a discussão central sobre esporte e política pública.

O segundo e o terceiro objetivos específicos foram cumpridos por meio de análise documental de leis e atos do Poder Executivo municipal referente à Associação Maringaense de Softbol e entrevistas semiestruturadas com representante da Secretaria Municipal de Maringá (SESP) e da Associação Maringaense de Softbol (AMS)

Resultados e Discussão

A partir da revisão sistemática foram considerados sete artigos sobre desenvolvido políticas esportivas. Os trabalhos analisados por meio da revisão nos mostram que o terceiro setor é muito pouco abordado cientificamente como ator relevante no desenvolvimento de políticas esportivas no Brasil, destacando ainda mais a lacuna existente sobre o conhecimento no assunto.

Por meio da revisão narrativa e entrevistas realizadas foi possível identificar as principais dificuldades para o crescimento de uma modalidade não-tradicional, como por exemplo o Projeto de Formação da SESP, em que a modalidade softbol não teve a possibilidade de participar tendo em vista a estrutura física e os materiais esportivos específicos.

Foram repassados à AMS, por parte do poder público municipal, por meio do programa de Incentivo ao Esporte Amador no Município de Maringá, de 2012 a 2022, mais de 900 mil reais.

Conclusões

Por meio da análise fica evidente que a relação de interdependência da Associação Maringaense de Softbol e da Secretaria de Esporte e Lazer de Maringá, assegura o desenvolvimento do esporte por meio de repasse de recursos financeiros e serviços que são necessários para a continuidade da modalidade em Maringá.

Considerou-se que o softbol, como modalidade não tradicional, apresenta uma série de dificuldades, porém por meio das entrevistadas não foi possível considerar que as dificuldades que a envolvem são maiores ou menores que em modalidades tradicionais, mas sim uma dificuldade em desenvolver o esporte no país como um todo.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq-FA-UEM e a Fundação Araucária.

Referências

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 25-48. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 14 de abril de 2021.

MALAGUTTI, J. P.; HIRATA, E.; STAREPRAVO, F. A. (2016). O futebol / futsal e as políticas públicas das cidades do estado do Paraná. **Pensar a Prática**, 19(4).